

"Do Clássico à Modernidade: Dilemas Contemporâneos, Ciência e a Construção Ideológica da Racionalidade Coletiva"

Resumo

O artigo investiga como a racionalidade coletiva — entendida como lógica compartilhada que orienta comportamentos, normas e crenças — é moldada histórica e ideologicamente. Partindo do pensamento clássico de René Descartes, destaca-se a valorização da razão individual como fundamento do conhecimento e pilar da modernidade, sustentando ideais iluministas de progresso, ciência e objetividade. No século XX, com as contribuições de Jacques Lacan e Slavoj Žižek, a racionalidade coletiva é reinterpretada como produto de estruturas inconscientes e ideológicas. Para Lacan, o sujeito é moldado pela linguagem e pela divisão interna; para Žižek, a ideologia não é apenas um conjunto de ideias falsas, mas a própria moldura que estrutura a percepção da realidade, sustentada por “fantasmas” que orientam desejos e medos. Assim, o texto evidencia a passagem de uma concepção universal e objetiva de razão para uma lógica atravessada por elementos inconscientes e narrativas ideológicas, revelando que pensar coletivamente envolve tanto a razão quanto a crença.

Palavras-chave: Racionalidade coletiva. Ideologia. Descartes. Lacan. Žižek.

Abstract

The article “From the Classical to Modernity: Contemporary Dilemmas, Science, and the Ideological Construction of Collective Rationality” examines how collective rationality—understood as a shared logic that shapes behaviors, norms, and beliefs—is historically and ideologically constructed. Starting with René Descartes’ classical thought, the text highlights the valorization of individual reason as the foundation of knowledge and a cornerstone of modernity, supporting Enlightenment ideals of progress, science, and objectivity. In the 20th century, drawing on Jacques Lacan and Slavoj Žižek, collective rationality is reinterpreted as a product of unconscious and ideological structures. For Lacan, the subject is shaped by language and marked by inner division; for Žižek, ideology is not merely a set of false ideas but the very framework structuring the perception of reality, sustained by “phantasms” that guide desires and fears. The article thus reveals the shift from a universal and objective conception of reason to a logic mediated by unconscious elements and ideological narratives, showing that collective thinking involves both reason and belief.

Keywords: Collective rationality. Ideology. Descartes. Lacan. Žižek.

Introdução

A racionalidade coletiva é um conceito fundamental para entender como as sociedades se organizam e se desenvolvem. Desde a antiguidade até a modernidade, a racionalidade coletiva tem sido moldada por diferentes correntes de pensamento. Neste ensaio, haverá uma tentativa de explorar como a racionalidade coletiva se consolida na ideologia, desde o pensamento clássico de René Descartes até a teoria lacaniana da ideologia de Slavoj Žižek.

A racionalidade coletiva é um alicerce invisível, porém poderoso, que orienta os comportamentos, normas e crenças de uma sociedade. Ela se manifesta como uma lógica compartilhada que transcende o indivíduo, criando consensos culturais, políticos e éticos. Esta racionalidade não é estática: ela é moldada historicamente pelas correntes filosóficas e pelas ideologias dominantes de cada época.

René Descartes, filósofo francês do século XVII, é frequentemente lembrado pelo seu cogito—“Penso, logo existo”. Ele inaugura uma era em que a razão se torna o pilar central da epistemologia ocidental. A partir de Descartes, o indivíduo é colocado como sujeito racional autônomo, capaz de discernir verdades através da lógica. Essa valorização da razão individual fundamenta os ideais iluministas e molda a racionalidade coletiva da modernidade com a confiança no progresso, na ciência e na objetividade.

Avançando para o século XX, a racionalidade coletiva passa a ser vista não apenas como lógica compartilhada, mas como ideologia enraizada. Jacques Lacan, influenciado por Freud, argumenta que o sujeito é estruturado pela linguagem, sendo sempre dividido, fragmentado. Já Slavoj Žižek, dialogando com Lacan e Marx, propõe que a ideologia não é simplesmente um conjunto de ideias falsas, mas a própria moldura pela qual o sujeito percebe a realidade. Para Žižek, a racionalidade coletiva é sustentada por fantasmas ideológicos, que organizam nossos desejos, medos e crenças, mesmo sem que estejamos conscientes disso.

Do racionalismo cartesiano ao estruturalismo lacaniano, observa-se uma transição na compreensão da racionalidade coletiva, uma razão universal e objetiva para uma lógica moldada por estruturas inconscientes e ideológicas. A ideologia, portanto, não apenas reflete a racionalidade coletiva, ela a constitui. Entender como a racionalidade coletiva se consolida dentro das ideologias é fundamental para compreender os limites da nossa liberdade e a profundidade das nossas escolhas sociais. A história do pensamento nos mostra que o que tomamos como “racional” está sempre atravessado por narrativas que ultrapassam o indivíduo, revelando que pensar coletivamente é, ao mesmo tempo, ato de razão e de crença.

A Disputa entre Racionalismo e Empirismo na Filosofia Moderna

No Discurso do Método, Descartes apresenta uma abordagem racionalista para entender o mundo. Ele argumenta que a razão é a fonte de conhecimento e certeza, e que é possível chegar à verdade através da dúvida metódica e da busca por conhecimento claro e distinto. A obra de Descartes é um marco importante na história da filosofia, pois estabelece a razão como a base para entender o mundo e a realidade. Publicado em 1637, O Discurso do Método de René Descartes é um dos textos fundadores da filosofia moderna, surgido em um período de transformações culturais e científicas, a obra se propõe a estabelecer um novo caminho para o pensamento baseado na razão, rompendo com tradições escolásticas e dogmas religiosos que até então dominavam o saber europeu.

Um dos conceitos centrais do texto é o uso da dúvida metódica como ferramenta epistemológica. Descartes propõe que se deve duvidar de tudo o que pode ser colocado em questão, inclusive os sentidos, a tradição e até o próprio mundo material a fim de encontrar uma verdade incontestável. Esse processo culmina na célebre frase “Cogito, ergo sum” (“Penso, logo existo”), que representa o ponto de partida do conhecimento seguro. A dúvida não é cética no sentido destrutivo, mas metódica: ela serve como instrumento para depurar crenças falsas e alcançar conhecimentos claros e distintos, ou seja, aqueles que a razão pode apreender com evidência.

Para Descartes, a razão é a única capaz de conduzir ao verdadeiro conhecimento. Diferente dos sentidos, que podem enganar, a razão oferece clareza e distinção, critérios fundamentais para validar qualquer ideia. Esse racionalismo inicia uma nova confiança no pensamento humano, agora o sujeito com sua razão é quem estrutura a realidade.

A filosofia escolástica, predominante na Idade Média, era marcada pela submissão ao pensamento aristotélico e à teologia cristã, sobretudo às autoridades eclesiásticas. O saber era validado não pela razão autônoma, mas pela tradição e pelo dogma. Descartes rompe com esse modelo ao propor um método baseado na dúvida metódica e no uso rigoroso da razão. Sua abordagem marca uma transição entre a dependência de autoridades externas e a valorização da investigação racional individual. Essa ruptura inaugura o pensamento crítico moderno, que exige fundamentos claros e distintos como critérios de verdade, e recusa aceitar ideias apenas por convenção ou herança cultural, isto abriu caminho para a autonomia intelectual, tornando possível a construção de saberes independentes da religião e tradição medieval.

Antes de Descartes, o sujeito era frequentemente subordinado ao cosmos, à religião ou à ordem social. Com o “Cogito, ergo sum”, o eu pensante torna-se o ponto inicial de toda certeza, não há nada mais seguro do que a existência de quem pensa. Essa formulação coloca o indivíduo como centro da epistemologia moderna: é a razão pessoal que valida o mundo e dá sentido à realidade. O sujeito não é apenas receptor do saber, mas agente produtor e verificador. Essa ideia está na base do Iluminismo e de toda a filosofia moderna posterior, da ética à política. Assim segundo o autor,

se redefiniu o papel do indivíduo como instância de autoridade epistemológica, moral e política.

A proposta cartesiana deixou marcas profundas na filosofia ocidental. O racionalismo como método de acesso à verdade se tornou paradigma dominante por séculos, influenciando pensadores como Spinoza, Leibniz e Kant. Além disso, seu legado permanece contemporâneo em discussões sobre o papel da razão, da subjetividade e do método científico.

No entanto, David Hume critica a abordagem racionalista de Descartes em sua *Investigação acerca do Entendimento Humano*. Hume argumenta que a razão é limitada e que a experiência e a observação são fundamentais para o conhecimento. Ele destaca a importância da causalidade e da relação entre causa e efeito, e argumenta que a razão não pode estabelecer certezas absolutas.

A filosofia moderna é marcada por tensões entre racionalismo e empirismo. Enquanto René Descartes defende a razão como fonte suprema de conhecimento, David Hume, em sua *Investigação acerca do Entendimento Humano* (1748), subverte essa perspectiva ao colocar a experiência como fundamento da cognição. Sua crítica não apenas desafia os pressupostos cartesianos, como também redefine os limites da razão no acesso à verdade.

O confronto entre Descartes e Hume não é apenas uma disputa teórica: ele molda a trajetória posterior da filosofia e das ciências. Kant, por exemplo, se propôs a responder a Hume, tentando conciliar razão e experiência em um novo quadro epistemológico. Mas, ainda hoje, a tensão entre racionalismo e empirismo permanece viva em debates sobre a natureza do conhecimento, o papel da mente e os limites da ciência.

Entre o Ceticismo Empirista e o Racionalismo Cartesiano

Para Hume, a razão humana é incapaz de garantir certezas absolutas. O conhecimento, segundo ele, não pode ser derivado de ideias inatas ou deduções puras, como propõe Descartes. Em vez disso, tudo o que sabemos provém da experiência sensível. Um exemplo apresentado pelo autor é a relação entre causa e efeito, que é central na ciência e na vida cotidiana, não pode ser deduzida pela razão, onde não há uma conexão lógica necessária entre eventos apenas uma associação habitual baseada na repetição. “Nunca podemos inferir o efeito da causa por meio da razão; só a experiência nos instrui quanto à conexão desses dois objetos.” (HUME, 1748).

Hume introduz o conceito de hábito (ou costume) como mecanismo mental que nos leva a esperar certos efeitos depois de certas causas. Por exemplo, acreditamos que o sol vai nascer amanhã porque isso ocorreu repetidamente — mas não há garantia lógica que confirme isso. É o costume, ou o que prefiro acreditar, o condicionamento e não a razão, que fundamenta essa expectativa. Ao enfatizar a observação e a repetição como bases do saber, Hume estabelece os princípios do empirismo moderno, ele desmonta a ideia de verdades necessárias, demonstrando que o

conhecimento é sempre provisório e probabilístico. Diferente do modelo cartesiano, em que a verdade é clara e distinta, Hume mostra que a causalidade não é algo percebido diretamente, é uma construção psicológica. Assim, o sujeito não descobre a causa no objeto, mas projeta nela sua expectativa. Isso coloca em xeque a objetividade da ciência e exige uma postura mais modesta diante da capacidade humana de conhecer o mundo com precisão.

A crítica de Hume à razão dá início a uma filosofia cética e empirista que enfatiza os limites do conhecimento humano, enquanto Descartes busca a certeza através do pensamento racional, Hume alerta para a possibilidade de erro ou falha da razão e a centralidade da experiência. Essa tensão entre racionalismo e empirismo moldará o pensamento posterior, especialmente em autores como Immanuel Kant, que buscará uma síntese entre ambos.

A razão, longe de ser uma essência universal e atemporal, revela-se como uma estrutura dinâmica, moldada pelas contingências de cada época e pelas lentes de seus pensadores. Ao observar os argumentos formulados por autores como Descartes, Hume, Kant, Lacan ou Žižek, emerge uma constatação que entendemos por “verdade racional” depende do contexto histórico, das práticas discursivas e da matriz cultural que delimitam os contornos do possível e do pensável.

As verdades não são blocos imutáveis, são processos de construção e legitimação. Desde a razão dedutiva cartesiana, que busca a certeza por meio da dúvida metódica, até o empirismo cético de Hume, que submete todo conhecimento à experiência sensível, notamos que cada autor opera dentro de um horizonte cultural e epistêmico que condiciona seu modo de compreender a realidade. O conceito de causalidade, por exemplo, que para Hume é fruto de hábito e associação, para a ciência moderna tornou-se princípio estruturante, evidenciando como a razão se desdobra conforme os consensos de cada época.

Eles Sabem o que Pensam? Ideologia, Fantasia e Poder na Construção do Coletivo

Observando os argumentos de cada contemporaneidade de cada autor, percebe-se a razão enquanto uma forma de pensamento construída e condicionada, onde as verdades, entendidas como absolutas, são resultantes de uma sequência de entendimentos e pensamentos racionais, ou desencadeadas de uma racionalidade de entender que as causas e efeitos se encontram no espaço-tempo com as verdades apresentadas e observadas pela humanidade. Isto nos faz caminhar para a centralidade deste ensaio, o ponto onde a humanidade deixa o individualismo um pouco de lado e passa a se perceber como coletivo para o entendimento de derivadas verdades, e quando um coletivo passa a acreditar em determinada verdade, a chamamos de ideologia.

A razão, compreendida como ferramenta de conhecimento, é historicamente produzida e coletivamente sedimentada. Ao aceitarmos verdades resultantes de múltiplas interações racionais

e afetivas, admitimos que o saber não é apenas um produto individual, mas um exercício de comunidade. O que chamamos de ideologia, portanto, é a expressão madura dessa racionalidade coletiva: um mapa simbólico compartilhado que orienta nossas experiências, escolhas e concepções de mundo. A ideologia, nesse contexto, pode ser entendida como a cristalização da racionalidade coletiva. Não se trata apenas de crenças políticas, mas de estruturas simbólicas que orientam o comportamento, os afetos e os julgamentos de valor.

Slavoj Žižek, em sua obra "Eles não sabem o que fazem: o sublime objeto da ideologia", apresenta uma teoria lacaniana da ideologia. Ele argumenta que a ideologia é uma forma de racionalidade coletiva que se baseia em pressupostos e valores compartilhados. Žižek destaca a importância do "sublime objeto da ideologia", que é o objeto que estrutura a fantasia ideológica e permite que os indivíduos se identifiquem com a ideologia.

Ao articular o pensamento de Jacques Lacan com a crítica marxista à ideologia, Žižek, apresenta uma abordagem original e provocativa para entender como os indivíduos se inserem em estruturas ideológicas. Na obra "Eles não sabem o que fazem: o sublime objeto da ideologia" (1991), Žižek propõe que a ideologia não é apenas um conjunto de crenças falsas, mas um modo estruturado de viver a realidade, uma racionalidade coletiva sustentada por fantasias inconscientes.

A teoria lacaniana entende que o sujeito é constituído pela linguagem e é sempre "dividido", há uma distância entre o que ele deseja, o que diz e o que é. Žižek aplica essa estrutura ao campo político e social: a ideologia funciona como uma rede simbólica que organiza nossa experiência, nossos desejos e nossa identidade. A ideologia não está apenas "fora", em discursos políticos ou instituições; ela molda o próprio modo como percebemos e vivemos a realidade, é uma forma de racionalidade coletiva, pois configura valores, práticas e crenças como "naturais" mesmo quando são produtos culturais e históricos.

O "objeto sublime" é aquilo que dá consistência à fantasia ideológica, seja ela uma ideia, figura ou símbolo que encarna o ideal do coletivo e serve de ponto de identificação, neste caso pode ser a pátria, o povo, a liberdade ou a tradição, elementos simbólicos que unem o grupo em torno de uma causa que transcende o cotidiano. Embora esse objeto seja, muitas vezes, vazio de conteúdo fixo, ele funciona como estrutura organizando o desejo social e confere sentido à ação, "Eles não sabem o que fazem", a frase que dá título à obra, aponta para o funcionamento inconsciente da ideologia, as pessoas seguem normas e crenças sem necessariamente compreender os mecanismos simbólicos que sustentam suas ações.

Žižek também insere o conceito lacaniano de gozo (jouissance), que remete à dimensão libidinal do envolvimento com a ideologia. As pessoas não apenas acreditam, elas "gozam" com a ideologia. Há um prazer inconsciente em pertencer, em defender valores, mesmo quando isso contraria o bem-estar racional ou prático. A ideologia, portanto, é sustentada tanto pela racionalidade coletiva quanto pelo desejo inconsciente de pertencimento e sentido. Isso explica por que discursos irracionais ou contraditórios podem ser tão poderosos, eles satisfazem estruturas profundas da

subjetividade.

A racionalidade coletiva se consolida na ideologia através de um processo de construção social e cultural. A ideologia é uma forma de racionalidade coletiva que se baseia em pressupostos e valores compartilhados, e que permite que os indivíduos se identifiquem com a ideologia e se sintam parte de uma comunidade. A ideologia também pode ser utilizada para legitimar ou desafiar relações de poder, e é fundamental para entender como as sociedades se organizam e se desenvolvem.

A ideologia funciona como uma racionalidade coletiva justamente porque não opera apenas no nível consciente. Ela estrutura o modo como os sujeitos percebem o mundo, interpretam eventos e posicionam-se diante de dilemas éticos, políticos e sociais. O que uma sociedade considera justo, verdadeiro ou natural é definido por ideologias dominantes que se apresentam como evidentes. A identificação com uma ideologia promove coesão social, oferecendo aos indivíduos um lugar simbólico dentro de uma comunidade. Nesse sentido, a ideologia age como uma bússola coletiva, orientando os pensamentos e ações conforme modelos culturalmente legitimados.

A ideologia não surge espontaneamente; ela é produzida e reproduzida por instituições (família, escola, mídia, religião) e por práticas cotidianas. Seu conteúdo é historicamente condicionado, muda conforme os interesses hegemônicos, disputas sociais e transformações políticas. A linguagem é uma ferramenta central para construir ideologias. Por meio de narrativas e discursos, consolidam-se visões de mundo e se naturalizam determinadas estruturas. Já cultura é o terreno fértil onde as ideologias florescem com músicas, filmes, publicidade e hábitos cotidianos carregam valores que reforçam ou desafiam estruturas ideológicas.

A ideologia pode operar como mecanismo de manutenção do status, legitimando hierarquias sociais, econômicas ou políticas. Ao apresentar certos arranjos como “naturais” ou “inevitáveis”, ela evita que sejam questionados. Por outro lado, novas ideologias podem surgir como formas de resistência, desafiando narrativas dominantes e propondo novos modelos de racionalidade coletiva. O estudo da ideologia é fundamental para compreender como as sociedades estruturam suas instituições, distribuem recursos e atribuem sentido à experiência humana. A racionalidade coletiva que emerge da ideologia molda comportamentos públicos e privados, orienta políticas públicas e delinea horizontes possíveis de transformação social.

Caminhando para o final deste artigo, me percebo em mais uma crise existencial observando que em tempos modernos, tanto a ideologia quanto a racionalidade coletiva se misturam sendo objetos diferentes, expondo para a sociedade que não é mais possível saber qual inicia o outro. Imagino que seja mais uma relação de causas e efeitos propondo um novo entendimento de mundo ou talvez só se mostrando como um caos organizado e mais complexo contemporaneamente.

Žižek destaca a importância da fantasia na ideologia, argumentando que a fantasia é uma forma de estruturação da realidade que permite que os indivíduos se identifiquem com a ideologia. A fantasia é uma forma de "ficção simbólica" que permite que os indivíduos se relacionem com a

realidade de forma significativa. Para Žižek, influenciado fortemente por Lacan, a ideologia não é apenas um sistema de ideias ou crenças conscientes, ela opera no registro simbólico e inconsciente, através da fantasia. A fantasia, neste sentido, não é sinônimo de ilusão ou imaginação arbitrária, mas sim uma ficção simbólica que dá consistência à realidade social, organizando o modo como os indivíduos se orientam, se identificam e atribuem sentido ao mundo. Žižek propõe que a fantasia é o “cenário” inconsciente que nos permite lidar com contradições, lacunas e antagonismos da realidade.

Em vez de encararmos diretamente o caos e a falta estrutural do mundo simbólico, projetamos histórias, imagens e ideais que sustentam a nossa visão de mundo. A fantasia atua como uma mediação psíquica, ela transforma o incoerente em algo suportável e inteligível, permitindo que o sujeito se identifique com uma ideologia porque cria um objeto de desejo, uma imagem idealizada que promete resolução, pertencimento ou transcendência.

A ideologia, enquanto sistema simbólico que organiza crenças, valores e significados compartilhados por um grupo social, possui uma função ambivalente: ela pode ser tanto instrumento de manutenção da ordem como catalisadora de transformação. Dependendo dos interesses que a sustentam, a ideologia pode legitimar relações de dominação ou impulsionar movimentos emancipatórios.

As ideologias dominantes costumam apresentar estruturas de poder como inevitáveis, naturais ou universais. Elas ocultam as condições históricas de desigualdade e apresentam privilégios como méritos, dissimulando relações hierárquicas por trás de narrativas moralizantes ou técnicas, como exemplo, o discurso da meritocracia, com base no esforço individual, é frequentemente usado para justificar desigualdades sociais causadas por fatores estruturais, como raça, classe ou gênero. Louis Althusser destaca que as instituições ideológicas como escola, mídia e religião que desempenham papel central na reprodução das relações sociais existentes, tornando o poder “invisível”.

A ideologia nunca é neutra nem homogênea. Ela é um campo em constante tensão, onde narrativas dominantes e contra-hegemônicas se confrontam. Essa disputa simbólica define o que é possível pensar, dizer e transformar. Žižek mostra que mesmo a adesão à ideologia contém elementos de gozo inconsciente, há prazer em obedecer, mas também desejo de romper ou talvez corromper. A mudança social muitas vezes começa com uma ruptura ideológica, ou seja, quando uma nova forma de compreender o mundo ganha força coletiva e desafia verdades instituídas. Por isso, até aqui acredita-se que a ideologia é uma ferramenta poderosa na construção das sociedades, ela não apenas espelha o mundo, mas o molda. Pode servir como alicerce da dominação ou como faísca da transformação. Compreender seu papel ambíguo é essencial para analisar criticamente as relações de poder e imaginar futuros mais justos e plurais.

A ideologia, enquanto forma simbólica de racionalidade coletiva, exerce papel decisivo na construção das subjetividades, na organização das instituições e na sustentação das relações de poder. Por isso, compreendê-la criticamente é essencial para identificar estruturas de dominação e

promover formas alternativas de justiça e emancipação.

A crítica à ideologia não se trata de negação absoluta, mas de análise rigorosa dos mecanismos pelos quais certos discursos se tornam hegemônicos e naturalizados. Muitas vezes, a ideologia opera de forma invisível, apresentando como "normais" ou "inevitáveis" arranjos sociais que beneficiam determinados grupos em detrimento de outros. A ideologia como naturalização da desigualdade pode afirmar que determinadas hierarquias são "naturais" como desigualdade de gênero, classe ou raça, a ideologia tem o poder de legitimar a permanência dessas estruturas. O desvelar o invisível é o movimento onde a crítica permite expor as condições históricas e simbólicas que sustentam determinadas formas de poder.

Com esses entendimentos de sociedade a linguagem se torna um dos principais dispositivos através dos quais a ideologia se expressa. Palavras carregam valores, associações e sentidos que reproduzem visões de mundo, para exemplificar se tem nos dias atuais as expressões como "trabalhador informal" ou "empreendedor de si", e a naturalização desses termos, acredito, podem ocultar a precarização laboral ao conferir uma conotação positiva à ausência de direitos sociais. A análise discursiva permite identificar como determinadas narrativas constroem subjetividades e moldam percepções sobre o que é aceitável, justo ou desejável.

Neste ponto, como uma brecha ou talvez mais um molde a cultura, incluindo arte, mídia, entretenimento, moda e publicidade, é um território onde ideologias são constantemente afirmadas, questionadas e transformadas. Ela pode tanto reforçar estruturas dominantes como abrir brechas para discursos contra-hegemônicos, com isso, filme, séries e músicas podem perpetuar estereótipos ou propor novos modos de pensar identidades e relações sociais. O engajamento crítico com a cultura oferece caminhos para ressignificar práticas e romper com padrões de dominação além de ter a possibilidade de se desvincular da racionalidade coletiva, buscando um pensamento crítico individual sobre o coletivo.

Conclusão

Desafiar a ideologia dominante é um ato profundamente político. Ao problematizar os pressupostos que sustentam a ordem vigente, grupos sociais podem construir novas narrativas, ampliar a consciência coletiva e mobilizar a sociedade para mudanças concretas, novas ideologias emergentes como movimentos antirracistas, feministas, ambientais propõem novas racionalidades coletivas com potencial de reorganizar o tecido social. A crítica à ideologia e a racionalidade coletiva, mesmo que controverso e complexo, é o primeiro passo para imaginar novas formas de viver, conviver e distribuir poder.

Em conclusão, a racionalidade coletiva configura-se como um produto histórico, social e simbólico, que se consolida através da ideologia um sistema de valores, crenças e narrativas compartilhadas que orientam a percepção e o comportamento dos indivíduos dentro de uma

comunidade. Essa racionalidade coletiva não surge de forma espontânea ou neutra: ela é construída culturalmente e refletida por discursos e instituições que moldam o que é considerado legítimo, verdadeiro ou desejável.

A ideologia funciona como espelho e moldura da racionalidade coletiva. Ao oferecer formas de identificação, ela permite que os indivíduos se reconheçam dentro de um grupo, adotem significados comuns e construam vínculos afetivos com símbolos e ideias. Mais do que simples crença, a ideologia é um mapa de sentido, uma forma estruturada de compreender e viver a realidade.

As contribuições de Descartes, Hume e Žižek iluminam dimensões distintas dessa construção. Descartes, ao afirmar o cogito como fundamento da razão, inaugura a noção de sujeito racional capaz de buscar verdades claras e distintas, dando origem à ideia de que a razão individual pode constituir um mundo ordenado e objetivo. Hume, por outro lado, rompe com essa certeza, mostrando que o conhecimento depende da experiência e que a causalidade é produto de associação mental, não de necessidade lógica. Com isso, evidencia os limites da razão e as implicações da cultura e da percepção nos juízos humanos.

Žižek leva essa discussão para o campo simbólico e inconsciente. Influenciado por Lacan, ele argumenta que a ideologia opera por meio da fantasia, uma ficção simbólica que dá consistência à realidade e permite que os indivíduos se identifiquem com ideias que nem sempre compreendem racionalmente. A ideologia não apenas organiza o que pensamos, mas também o que sentimos e desejamos. Seu poder está justamente em ser vivida como verdade.

Essa estrutura simbólica pode ser utilizada tanto para legitimar quanto para desafiar relações de poder. Em regimes autoritários, por exemplo, a ideologia pode justificar desigualdades e naturalizar domínios. Em movimentos sociais, ela pode propor novas formas de ver o mundo, questionando narrativas hegemônicas e promovendo rupturas.

Finalizando esta reflexão sobre a racionalidade coletiva e sua consolidação na ideologia, resta-nos admitir que, muitas vezes, aquilo que nos une também nos limita. A ideologia, esse laço simbólico entre indivíduos e comunidades, pode tanto iluminar caminhos de pertencimento quanto obscurecer os horizontes da autonomia. Em meio ao desejo por sentido e pertencimento, encontramos verdades que não são nossas, mas que nos foram oferecidas como promessas de estabilidade. E talvez, como cantou Cazusa, o que sobrou foi apenas "ideologia... eu quero uma pra viver". Uma frase simples, mas devastadora, não porque nos falta ideologia, mas porque já tivemos demais, tantas que nos vestiram, nos moldaram e, por vezes, nos usaram. A melancolia reside não na ausência de respostas, mas na consciência de que as respostas que nos deram podem já não bastar. Resta a pergunta: entre a razão e o desejo, entre a lógica e a fantasia, qual ideologia realmente nos representa, e a que preço?

Referências

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. In: ALTHUSSER, Louis. Posições. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

DESCARTES, René. **Discurso do Método**. In: Descartes. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Pensadores).

DESCARTES, René. **Meditações metafísicas**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HUME, David. **Investigação acerca do entendimento humano**. In: HUME. São Paulo: Nova Cultural,. (Coleção Os Pensadores).

LACAN, Jacques. **Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. (Seminário, Livro 11)

ŽIŽEK, Slavoj. **Eles não sabem o que fazem: o sublime objeto da ideologia**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1992.

ŽIŽEK, Slavoj. **“Entre a ficção simbólica e o espectro fantasmagórico: rumo a uma teoria lacaniana da ideologia**. In: ŽIŽEK, Slavoj. Interrogando o real. Trad. Rogério Bettoni. São Paulo: Autêntica, 2017.